



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

FEDACÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 088/96 que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da

rede pública de ensino e dá outras providências. Aprovado.

FEDACÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 088/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir no Estado do Paraná o Programa Pró-Escola, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a participação de pessoas físicas e jurídicas nas atividades voltadas ao ensino e desenvolvimento educacional, inclusive, construção, conservação, ampliação, recuperação e manutenção de escolas e doação de materiais e equipamentos;

II - incentivar a fruição do benefício facultado pelo art. 55, II, da Lei Federal nº 4506, de 30.11.64, regulamentado pelo art. 304 do Decreto Federal nº 1041, de 11.01.94, e legislação pertinente.

Art. 2º - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, ou órgão que lhe venha suceder, fica autorizado a firmar convênios e/ou contratar com pessoas físicas ou jurídicas, para a consecução dos objetivos desta lei;

Art. 3º - A participação nas atividades relacionadas no art. 1º, I, desta lei, far-se-á por:

a) doação em dinheiro, a ser depositado em conta específica do Caixa Pró-Escola, com consignação para a unidade escolar designada pelo contribuinte;

b) doação, pelo próprio fabricante ou produtor, de materiais e/ou equipamentos sem uso;

c) pagamento direto ao fornecedor de materiais, equipamentos e/ou prestadores de serviços, devendo a Administração Pública Estadual, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, e Direção da respectiva unidade escolar atestarem o recebimento do material ou realização de serviços, emitindo recibo próprio;

Parágrafo Único - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, expedirá documento hábil para fins de prova junto à Receita Federal, considerando o disposto no art. 1º, II, desta lei.

Art. 4º - Fica criado o Caixa Pró-Escola, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 5º - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, po-

derá utilizar-se dos espaços delimitados no material escolar a ser empregado nas atividades educacionais da Rede Pública Estadual ou neles inserir publicidade, desde que sejam mantidas a integridade do material ou equipamento e a sua finalidade educacional.

Parágrafo Único - Os espaços de que se refere o "caput" deste artigo serão definidos por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º - Para efeitos desta lei, considera-se:

a) utilização: exibição de publicidade nos materiais, equipamentos, obras e instalações escolares passíveis de serem utilizados como veículo promocional;

b) inserção: exibição de publicidade de terceiros anunciantes nos mesmos materiais descritos na alínea anterior.

Art. 7º - É vedada a publicidade:

a) de produtos nocivos à saúde, tais como cigarros, bebidas alcoólicas e agrotóxicos;

b) que veicule discriminação de ordem religiosa, moral, sexual, social, racial ou com conotação política;

c) que incite ao desrespeito da Constituição Federal, da Constituição do Paraná ou das leis vigentes;

d) que, devido à faixa etária e segundo as características sócio-culturais das comunidades a que se destine, seja atentatória contra a moral e os bons costumes;

e) de produtos importados que não estejam de acordo com a legislação vigente;

f) que descaracterize os edifícios considerados como patrimônio histórico.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

PROPOSTA FINAL - do Projeto de Lei nº 209/96 que declara de Utilidade Pública a - APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Curiúva, Estado do Paraná. **Aprovado.**

PROPOSTA FINAL

PROJETO DE LEI Nº 209/96

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Curiúva - APMI, com sede e foro no Município de Curiúva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.07.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/96, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, que altera o Art. 1º da Lei 11.257, de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 16, de 13.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 061/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva dar nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 11.257/95, que criou o Município de Ariranha do Ivaí.

A alteração proposta está em consonância com o memorial descritivo apresentado pelo Instituto Ambiental do Paraná, órgão competente, no Estado, para pronunciar-se sobre divisas territoriais.

Sob o ponto de vista legal e constitucional não há nada a obstar sua normal tramitação, sendo, portanto, nosso parecer favorável ao seu prosseguimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/96, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, que altera o Art. 1º da Lei nº 11.219, de 08 de dezembro de 1995, que criou o Município de Arapuã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 16, de 13.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 62/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo alterar o art. 1º, da Lei nº 11.219/95, que criou o Município de Arapuã.

A alteração proposta está em consonância com o memorial descritivo apresentado pelo Instituto Ambiental do Paraná, órgão competente, no Estado, para opinar sobre divisas territoriais.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não há impedimentos que possam obstar sua normal tramitação, sendo, portanto, o parecer favorável ao prosseguimento.

mento do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAITO QUINTANA - Relator

Retornem à Presidência para designação de novo Relator, em consonância com o Art. 51 § 5º do Regimento Interno.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 62/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei 11.219/95, que criou o Município de Araquã.

A alteração proposta está em consonância com o memorial descritivo apresentado pelo Instituto Ambiental do Paraná, órgão competente, no Estado, para opinar sobre divisas territoriais.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não há impedimentos que possam obstar sua normal tramitação, sendo, portanto, o parecer favorável ao prosseguimento do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que altera o Art. 1º da Lei nº 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro. COM PARECER FAVO-

RAVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20 de 21.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 082/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva alterar o art. 1º, da Lei nº 11.221, de 11.12.95, que criou o Município de Campo Magro.

Convém ressaltar que a alteração ora proposta decorre de solicitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, com vistas a corrigir as divisas do novo Município, cuja descrição apresenta incoerência cartográfica, dificultando desta forma, o traçado definidor da área, estando, ainda, em consonância com o novo memorial descritivo apresentado pelo Instituto Ambiental do Paraná, conforme documentos de fls. 03 a 05.

Não havendo impedimentos de ordem legal e constitucional que inviabilizem a proposta ora formulada, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.